



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL

CARGO (superior):

Analista do Ministério Público
Área Jurídica

PROVA TIPO

1

Prova Objetiva de Conhecimento Básico e
Prova Objetiva de Conhecimento Específico

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, confira se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **4h30min** (quatro horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo** escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na Folha de Respostas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 03 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a assinatura da Ata de Encerramento de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



CONHECIMENTO BÁSICO**Português**

As questões de 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

As perspectivas mais sombrias sobre a sustentabilidade do planeta não levam em conta a extraordinária capacidade de recuperação da natureza – e a do próprio ser humano para superar as adversidades. A Terra já passou por cinco grandes extinções em massa, e a vida sempre voltou com ainda mais força. Disse à revista VEJA a geógrafa Susana Hecht, professora de planejamento urbano da Universidade da Califórnia e especialista em desenvolvimento sustentável: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles, ainda mais porque não existe perspectiva de quando poderemos colonizar outro astro. Só que a natureza tem um enorme poder de se reabilitar e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia em favor de um desenvolvimento sustentável.”

Enquanto se procuram soluções para o equilíbrio entre o crescimento populacional e preservação dos recursos, a natureza manda suas mensagens de socorro. A espaçonave Terra é uma generosa arca de Noé, mas ela tem limites.

(Revista VEJA, n. 44, 2 de novembro/2011, p. 132).

1. A opinião de Susana Hecht, transcrita no texto, admite essencialmente

- A) a exequibilidade do projeto de colonização de outro astro pela humanidade.
- B) que a humanidade deverá extinguir os recursos naturais do planeta.
- C) a existência do equilíbrio a partir dos pressupostos holísticos inerentes à própria forma de recuperação da natureza.
- D) que o uso de tecnologia já é efetivo na consecução de um planeta sustentável.
- E) que os recursos naturais podem ser extinguíveis; porém, há estratégias de recomposição que apontam para a sustentabilidade.

2. O último parágrafo traz como informação correta a seguinte assertiva:

- A) por uma perspectiva semântica, a última oração do parágrafo retoma o sentido da anterior para provocar-lhe o caráter de finalidade.
- B) a oração “A natureza manda suas mensagens de socorro” está deslocada no período, visto que não mantém uma relação de afinidade com a anterior.
- C) no trecho “Enquanto se procuram soluções” é possível singularizar o verbo sem causar-lhe dano semântico nem subversões à norma culta da língua.
- D) os elementos metafóricos “espaçonave” e “arca de Noé” são constituintes expressivos que se complementam para a formação imagética da Terra na sua condição de astro que vaga e acolhe.
- E) a ideia de equilíbrio, conforme consta no parágrafo, não se remete à dicotomia crescimento demográfico e preservação dos recursos.

3. Se a limitação dos recursos da Terra está relacionada à ideia de uma possível escassez, então, não se pode dizer que

- A) os recursos são inextinguíveis.
- B) os recursos são insuficientes.
- C) os recursos são finitos.
- D) os recursos são parcos.
- E) os recursos são exíguos.

4. Considerando aspectos da gramática normativa, o excerto “e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia” não admite a reescrita:

- A) como dispõe de tempo, a humanidade ainda pode usar a tecnologia.
- B) e deve haver tempo para que a humanidade utilize a tecnologia.
- C) há tempo suficiente a humanidade para que possa utilizar a tecnologia.
- D) e há tempo disponível à humanidade para usar a tecnologia.
- E) e a humanidade tem tempo para usar a tecnologia.

5. Sem provocar modificações sintáticas, a oração “Enquanto se procuram soluções” admite também a reescrita:

- A) Enquanto procuram soluções.
- B) Enquanto soluções serão procuradas.
- C) Enquanto procuram as soluções.
- D) Enquanto soluções eram procuradas.
- E) Enquanto soluções são procuradas.

6. Considerando aspectos da gramática normativa, é correto afirmar a respeito do período do texto: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles”:

- A) A ideia de causalidade é expressa pela última oração.
- B) Em vez de “temos de tomar cuidado” seria “temos que tomar cuidado”, pois aí há uma expressão mais adequada à norma culta.
- C) O termo “limitados” é complemento verbal.
- D) A última oração pode ser também escrita da seguinte forma: “para que não se acabe”.
- E) Após a palavra “limitados” – fazendo as devidas modificações – não seria incorreto substituir a vírgula por ponto.

As questões de 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A população mundial torna-se urbana, os camponeses tornam-se cidadãos. Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos: as maiores cidades do mundo, e as mais injustas. Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras, os camponeses invadem os subúrbios. Eles acreditam que Deus está em todas as partes, mas por experiência própria sabem que atende nos grandes centros urbanos. As cidades prometem trabalho, prosperidade, um futuro para os filhos. Nos campos, os esperadores olham a vida passar e morrem bocejando; nas cidades, a vida acontece e chama. Amontoados em cortiços, a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta e os braços sobram, que nada é de graça e que os artigos de luxo mais caros são o ar e o silêncio.

(Eduardo Galeano, O império do consumo).

7. Em síntese, o texto de Eduardo Galeano

- A) aponta as características do novo retirante, aquele que não mais se adapta à vida nas comunidades rurais.
- B) evidencia a complexidade da vida urbana, estruturada a partir de valores consumistas.
- C) mostra que o camponês não pode mais viver em sua terra, visto que a cidade oferece-lhe benesses apenas encontradas nesse contexto.
- D) expõe com detalhes a teoria do êxodo rural que se fundamenta na dicotomia indústria agrícola e produção de subsistência.
- E) expressa a problemática do camponês que, ao deixar sua terra, aglomera-se nos centros urbanos injustos e ilusórios.

8. No final do texto o autor diz que “os braços sobram”. O termo, portanto, expressa

- A) um paradoxo, já que o termo “braços” não pode substituir o sentido de trabalhadores.
- B) a ausência de termo adequado para substituir a palavra “trabalhadores”. Traduz, inclusive, uma forma de catacrese.
- C) o exagero que dá sentido à noção de massa de desempregados.
- D) um caráter metonímico, o qual sintetiza a ideia de que são trabalhadores e não, especificamente, braços.
- E) a ideia de comparação, ou seja, não são os trabalhadores, mas os braços.

9. Qual das versões de reescrita o excerto “Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos” apresentou subversão à norma culta?

- A) Na América latina, existem campos sem ninguém e formigueiros urbanos enormes.
- B) Na América latina, encontram-se campos desertos, porém, em contraste a isso, há enormes formigueiros urbanos.
- C) Os formigueiros urbanos da América latina se contrapõem aos enormes campos sem ninguém.
- D) Em contraste aos campos sem ninguém da América latina, prolifera-se os formigueiros urbanos.
- E) Na América latina, há campos sem ninguém e existem também enormes formigueiros urbanos.

10. Para o excerto “a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta” é informação correta:

- A) a oração “que o trabalho falta” se for reescrita para “se o trabalho falta” não ocorre mudança de classificação.
- B) o termo “a primeira coisa” também é o complemento do verbo descobrir.
- C) a segunda oração do período tem valor de complemento verbal.
- D) das três orações, a última tem função de sujeito.
- E) a palavra “que” nas duas inserções tem a mesma função sintática.

As questões de 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Um dia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopando que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.

(ASSIS, Machado de. As Cem Melhores Crônicas Brasileiras. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007, p. 27).

11. Quando Machado de Assis afirma que “foi coletânea das primeiras duas vizinhas”, ele estabelece que o gênero cronístico

- A) originou-se nas sondagens, nas inserções às instâncias íntimas das criaturas humanas.
- B) promove uma associação entre os fatos reais e as fantasias.
- C) é parecer em minúcias de acontecimentos relevantes e em evidência.
- D) nasceu de uma comparação entre os fatos banais e os acontecimentos significativos.
- E) trata-se de uma narrativa de acontecimentos circundantes e cotidianos.

12. Ao final, Machado de Assis diz: “Eis a origem da crônica”. Essa forma de desfecho

- A) contém uma inadequação sintática: Machado de Assis não deveria ter concluído o texto com uma oração deslocada do contexto, pois aí é trabalhada uma sequência de fatos que exige destrinchar de orações.
- B) convém às formas figuradas de expressão, às conotações, às entrelinhas, às montagens sintáticas indiretas e deslineares.
- C) contempla a sequência do pensamento do autor a respeito do gênero cronístico: há uma problemática que diz respeito ao nascimento da crônica; depois, fatos que a compõem, elementos envolvidos e o fechamento.
- D) não pode ser vista como conclusão de um parecer acerca da crônica. Como se sabe, ele não trabalha os detalhes que dão suporte à premissa inicial no decorrer do texto.
- E) é uma estratégia estilística, inerente aos efeitos estéticos do texto literário, pois, considerando a estrutura argumentativa, esse texto de Machado de Assis desconsidera os elementos da dissertação. Então, a frase em destaque é apenas um adendo ao conjunto da reflexão machadiana.

13. A 2ª oração do período “sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” expressa o valor de

- A) finalidade.
- B) condição.
- C) tempo.
- D) causalidade.
- E) proporcionalidade.



14. Se o excerto “Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador” for reescrito, o uso do acento indicador de crase não fica adequadamente empregado na versão:

- A) Reportar-se às ervas e às plantações do morador fronteiro, e às tropelias amatórias do dito morador.
- B) Ir até as ervas e até as plantações do morador fronteiro, e até as tropelias do dito morador.
- C) Chegar até às ervas e até às plantações do morador fronteiro, passando pelas tropelias amatórias do dito morador.
- D) Falar das ervas as plantações do morador fronteiro e chegar às tropelias amatórias do dito morador.
- E) Passar de ervas a plantações do morador fronteiro, e logo a tropelias amatórias do dito morador.

15. As reescritas do excerto “Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” provocaram inadequação gramatical numa das opções. Identifique-a.

- A) Entre o jantar e a merenda, as duas vizinhas sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia.
- B) Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta para rever, os acontecimentos do dia.
- C) Entre o jantar e a merenda, essas vizinhas sentaram-se à porta, a fim de conversar acerca dos acontecimentos do dia.
- D) Tais vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para refletir sobre os sucessos do dia.
- E) Essas vizinhas sentaram-se à porta, entre o jantar e a merenda, para falar dos acontecimentos do dia.

As questões de 16 a 18 referem-se ao texto abaixo.

Ética e Moralidade no Serviço Público

(Luiz Amaral)

Ethos (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político... Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.

A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

Ética é, em suma, uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

(<http://www.ensinandodireitoluizamara.com.br>. Acesso em 03/12/2011)

16. O encadeamento dos parágrafos do texto se dá por um processo coesivo de

- A) anáfora nominal, reapresentando informações que desenvolvem o texto.
- B) repetição nominal, garantindo a continuidade temática do texto.
- C) repetição nominal, retomando informações novas presentes no texto.
- D) anáfora por substituição, retomando informações já dadas no texto.
- E) repetição sintagmática, reafirmando a exploração do tema.

17. Assinale a opção que apresenta um argumento do autor em relação ao tema do texto.

- A) A ética não se confunde com a moral. (2º§)
- B) *Ethos* (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. (1º§)
- C) Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? (2º§)
- D) Mas ela não é puramente teoria. (4º§)
- E) A ética se move, historicamente, se amplia e se densa. (3º§)

18. Analise o uso da pontuação nas sentenças abaixo e assinale a opção correta.

- A) “Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão [...] e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância (3º§). Os dois pontos introduzem uma explicação.
- B) “Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.” (2º §). A vírgula está empregada de forma errada, pois não é possível seu uso antes da conjunção “e”.
- C) “Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que [...]” (3º§). A função da vírgula é separar o adjunto adverbial de tempo do predicado.
- D) “[...] é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural, etc.” (2º§). A vírgula foi empregada para marcar a intercalação de uma informação na sentença.
- E) “A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez.” (1º§). A função das vírgulas é separar o sujeito do verbo.

19. Observe as relações semânticas entre as orações e períodos e assinale a opção correta.

- A) “Tem-se que enfrentar os variados contornos possíveis entre o Direito e a Moral, que ora se apresentam de forma concêntrica, ora se constituem com total independência.” A relação semântica entre as últimas orações é de oposição.
- B) “Se o ato administrativo ou a conduta do administrador público não se reverte de moralidade, em nenhuma hipótese, sem exceção, pode vir a ser considerado em consonância com o direito.” As orações se relacionam, semanticamente, pelo princípio da concessão.
- C) “Não vale mais aquele surrado argumento, completamente desprovido de cientificidade, de que é legal, mas não é moral.” A relação semântica entre as últimas orações é de natureza conclusiva.
- D) “O presente trabalho não possui pretensões maiores de buscar uma análise deontológica da moral. Não, apenas e tão-somente objetiva apreciar a moralidade enquanto componente dos atos praticados pela administração pública.” A relação semântica estabelecida entre os períodos é de exclusão.
- E) “A corrupção é o mal social maior porque destrói, anula a própria sociedade; daí sempre ter sido essencialmente um crime em toda e qualquer civilização.” A relação semântica entre essas orações é de natureza causal e conclusiva.

20. A mesma figura de linguagem que se encontra no enunciado “Por ele, ponho os pés e as mãos no fogo. Nós nos conhecemos há muitos anos...” também se encontra em

- A) “As varreduras nos gabinetes, oficialmente, são conduzidas mediante uma solicitação de algum parlamentar. Na atual legislatura, foram realizadas trinta operações desse tipo.”
- B) “O Estado brasileiro, durante toda a sua existência, só se deparou com mazelas e danos, incluindo os prejuízos provocados pelas administrações incompetentes e desonestas.”
- C) “O grande problema dos tribunais de contas reside no fato de que a grande maioria dos conselheiros é indicada pelos chefes do Poder Executivo e pelos parlamentos, ou seja, é coisa de compadre, do tipo ‘eu te indico e você me julga!’”
- D) “Se o que move o mundo são as perguntas, por que se pratica tanta corrupção, para entender que ser honesto, leal, competente é bom para o país?”
- E) “Não é suficiente ser honesto, é preciso agir e comportar-se como honestos.”

21. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do enunciado abaixo.

___ corrupção pode ser material e moral. ___ essa associa-se ___ deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; ___, o recebimento de qualquer vantagem para ___ prática ou ___ omissão de ato de ofício. ___ corrupção moral inclui ___ tolerância de superiores ___ falhas dos subalternos.

- A) A – A – a – àquela – a – a – À – a – a.
- B) A – A – a – aquela – à – a – À – à – à.
- C) A – À – à – àquela – a – a – À – a – a.
- D) A – À – a – aquela – à – a – A – à – à.
- E) A – A – à – àquela – a – a – A – a – a.

22. Dados os períodos seguintes,

- I. “É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios que preparam a aceitação das grandes corrupções na vida pública.”
- II. “Não se admite mais a adoção de práticas que objetivem empobrecer o Estado, desrespeitar o seu patrimônio.”
- III. “Tanto um tipo de corrupção quanto o outro podem assumir forma ativa e passiva.”
- IV. “São as pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia que prosseguem corroendo o homem.”

verifica-se que, quanto à concordância verbal, estão corretos

- A) III e IV, apenas.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e IV.
- D) II e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

23. Considerando a concordância nominal, assinale a opção correta.

- A) Complexo e exato, colocado no ar na internet, na hora certa, os vídeos defendem a usina.
- B) Controversos e relevantes, foi como os estudantes caracterizaram o vídeo sobre a usina.
- C) Os depoimentos alarmantes em defesa dos índios e da floresta amazônica soou ingênua e equivocada.
- D) Moças e rapazes talentosas deram uma memorável aula de geografia.
- E) A agricultura e a pecuária brasileiras respondem hoje por 30% do nosso PIB.

24. Assinale a opção que não contém erros de grafia.

- A) A lei que trata da conseqüência e permissão de serviços públicos permite a interrupção do fornecimento de serviço público por inadimplência do usuário.
- B) O legislador cuidou de regulamentar minunciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos e reaçarcimento ao erário.
- C) Servidores que exercem cargos comissionados não podem ser colocados à disposição de outro órgão ou entidade. Se isso ocorrer, é improbidade administrativa.
- D) Há nove meses, sindicalistas alertaram o Palácio do Planalto sobre a existência de um esquema de extorção envolvendo acessores do Ministro.
- E) Para que a seção do servidor a outro órgão seja permitida, ele deve estar em exercício de cargo efetivo (ou seja, concursado).

25. Considere as relações de sinonímia das palavras e marque a opção correta. Em “Os avaliadores chegam, ao restaurante, sempre incógnitos, agindo com naturalidade e simpatia. Nenhum detalhe passa incólume, nem mesmo o ritmo em que transcorre a refeição.” “Incógnito” e “incólume” correspondem, respectivamente, a

- A) não compreensivo e despercebido.
- B) desinformado e desconsiderado.
- C) desconhecido e intacto.
- D) ignorado e sem luz.
- E) desconhecido e sem presença.

As questões de 26 a 28 referem-se ao texto abaixo.

Fui criado com princípios morais comuns

(Arnaldo Jabor)

Fui criado com princípios morais comuns: Quando eu era pequeno, mães, pais, professores, avós, tios, vizinhos, eram autoridades dignas de respeito e consideração. Quanto mais próximos ou mais velhos, mais afeto. Inimaginável responder de forma mal educada aos mais velhos, professores ou autoridades... Confiávamos nos adultos porque todos eram pais, mães ou familiares das crianças da nossa rua, do bairro, ou da cidade... Tínhamos medo apenas do escuro, dos sapos, dos filmes de terror... Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos. Por tudo o que meus netos um dia enfrentarão.

Pelo medo no olhar das crianças, dos jovens, dos velhos e dos adultos. Direitos humanos para criminosos, deveres ilimitados para cidadãos honestos. Não levar vantagem em tudo significa ser idiota. Pagar dívidas em dia é ser tonto... Anistia para corruptos e sonegadores... O que aconteceu conosco? Professores maltratados nas salas de aula, comerciantes ameaçados por traficantes, grades em nossas janelas e portas. Que valores são esses? Automóveis que valem mais que abraços, filhas querendo uma cirurgia como presente por passar de ano. Celulares nas mochilas de crianças. O que vais querer em troca de um abraço? A diversão vale mais que um diploma. Uma tela gigante vale mais que uma boa conversa. Mais vale uma maquiagem que um sorvete. Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?

Quero arrancar as grades da minha janela para poder tocar as flores! Quero me sentar na varanda e dormir com a porta aberta nas noites de verão! Quero a honestidade como motivo de orgulho. Quero a vergonha na cara e a solidariedade. Quero a retidão de caráter, a cara limpa e o olhar olho-no-olho. Quero a esperança, a alegria, a confiança! Quero calar a boca de quem diz: "temos que estar ao nível de...", ao falar de uma pessoa. Abaixo o "TER", viva o "SER". E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera, leve como a brisa da manhã! E definitivamente bela, como cada amanhecer. Quero ter de volta o meu mundo simples e comum. Onde existam amor, solidariedade e fraternidade como bases. Vamos voltar a ser "gente". Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas. Utopia? Quem sabe?... Precisamos tentar... Quem sabe começemos a caminhar transmitindo essa mensagem... Nossos filhos merecem e nossos netos certamente nos agradecerão!

(<http://pensador.uol.com.br>. Acesso em 6/12/2011)

26. O texto se caracteriza como sendo do gênero

- A) crônica.
- B) diário.
- C) conto.
- D) relato.
- E) biografia.

27. Qual o enunciado que resume a ideia central do texto?

- A) E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera [...].
- B) Vamos voltar a ser gente. Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas.
- C) Quero ter de volta o meu mundo simples e comum.
- D) Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos.
- E) Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?

28. O uso das reticências, no texto, demonstra um sentimento de

- A) incompetência.
- B) perda.
- C) melancolia.
- D) perplexidade.
- E) saudosismo.

29. Observe o uso dos pronomes demonstrativos em:

- Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade.
- A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural.

Dados os itens seguintes, em relação a esse uso,

- I. O uso de "isto" está errado, pois não se pode empregá-lo para referir-se ao que foi dito.
- II. Esses pronomes, como formas anafóricas, retomam o que foi dito.
- III. O uso de "isso" está correto, pois se refere ao que foi dito.

verifica-se que

- A) apenas I e II estão corretos.
- B) apenas I e III estão corretos.
- C) apenas III está correto.
- D) apenas II e III estão corretos.
- E) apenas I está correto.

30. Assinale a opção que completa as lacunas com as formas verbais adequadas.

"Caso os passageiros _____ viajando sozinhos e _____ hospitalizados por acidente, os responsáveis pela Empresa de Transporte _____ passagem para que um familiar _____ acompanhá-lo no local de sua internação. Em relação à indenização, quando o advogado dos passageiros _____, eles _____."

- A) estejam – sejam – providenciarão – possa – intervier – receberão.
- B) estão – são – providenciam – pudesse – intervier – receberam.
- C) estejam – seja – providenciaram – possa – intervirem – receberão.
- D) estejam – sejam – providenciaram – pudesse – intervir – receberam.
- E) estivessem – fossem – providencia – possa – intervierem – recebem.

Raciocínio Lógico

31. Considere as seguintes premissas: “todos os matemáticos são vaidosos”; “existem vaidosos brasileiros” Com base nessas duas premissas, podemos concluir que

- A) nenhum matemático é brasileiro.
- B) todo brasileiro é matemático
- C) não se pode tirar nenhuma conclusão.
- D) existem matemáticos brasileiros.
- E) todo matemático é brasileiro.

32. Numa cidade existem três jornais, denominados aqui por **A**, **B** e **C**. Uma pesquisa de mercado sobre os leitores desses jornais produziu os seguintes resultados:

- 115 compravam o jornal **A**.
- 208 compravam o jornal **B**.
- 182 compravam o jornal **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **B**.
- 51 compravam os jornais **B** e **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **C**.
- 10 compram os jornais **A**, **B** e **C**.
- 200 não compram nenhum dos três jornais.

Com base nestas informações, assinale a opção incorreta.

- A) 103 pessoas compram apenas o jornal **C**.
- B) 28 pessoas compram apenas o jornal **A** e **C**.
- C) 57 pessoas compram apenas o jornal **A**.
- D) A pesquisa foi realizada com 595 pessoas.
- E) 137 pessoas compram apenas o jornal **B**.

33. Um cidadão foi abrir o cofre, mas esqueceu a senha de acesso; no entanto, lembrava que na senha não havia o algarismo 0, que o primeiro algarismo era 4, o segundo era ímpar, o terceiro era menor que 4 e o quarto e último era par. Qual o maior número de tentativas que este cidadão pode fazer, no intuito de descobrir a senha?

- A) 100
- B) 80
- C) 110
- D) 60
- E) 70

34. Os dois primeiros pares de palavras abaixo foram escritos seguindo determinado critério.

- FRANCISCA – CANA
- CLEMENTINO – NOME
- PRESIDENTE – ?

Esse mesmo critério deve ser usado para descobrir qual palavra substitui o ponto de interrogação.

- A) Rente
- B) Sete
- C) Tese
- D) Dente
- E) Ente



35. Do ponto de vista lógico, dizer que a afirmação “todos os lutadores são bravos” é falsa, equivale a dizer que a seguinte afirmação é verdadeira.

- A) Nenhuma pessoa brava é lutador.
- B) Pelo menos uma pessoa brava não é lutador.
- C) Todos os não bravos são não lutadores.
- D) Pelo menos um lutador não é bravo.
- E) Nenhum lutador é bravo.

Informática

Nas questões a seguir, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como *clicar*, *clique simples* e *clique duplo* referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

36. “Os pendrives atuais se conectam ao computador por meio de portas ___ e possuem capacidade aproximada de até ___.”
Completa-se os espaços em branco da proposição anterior, respectivamente, com os textos contidos na opção

- A) USB / 8GB.
- B) PS2 / 100KB.
- C) USB / 800GB.
- D) paralelas / 500GB.
- E) firewire / 8GB.

37. São exemplos de extensões de arquivos disponíveis para salvamento no BrOffice Writer, exceto:

- A) .DOC
- B) .RTF
- C) .PPS
- D) .TXT
- E) .ODT

38. Na barra de *Ferramentas Padrão* do Writer, encontramos os botões com recursos/ferramentas abaixo, exceto:

- A) Negrito.
- B) Pincel de estilo.
- C) Visualizar página.
- D) Salvar.
- E) Cortar.

39. Dadas as proposições sobre o recurso de *Recuar Parágrafos* do Writer,

- I. Para alterar as unidades de medida, podemos escolher **Ferramentas – Opções – BrOffice.org Writer – Geral**, depois, seleciona uma nova unidade de medida na área Configurações.
- II. É possível alterar os recuos do parágrafo atual, de todos os parágrafos selecionados ou de um estilo de parágrafo.
- III. É possível definir recuos utilizando a régua.
- IV. Os recuos são calculados em relação às margens esquerda e direita.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) apenas I e II.
- B) apenas II, III e IV.
- C) I, II, III e IV.
- D) apenas I.
- E) apenas II.



40. Analisando os menus do BrOffice.org Impress, associe a segunda coluna de acordo com a primeira.

1ª coluna	2ª coluna
1. Arquivo	() Esse menu contém comandos para editar o conteúdo do documento atual.
2. Editar	() Esse menu contém o comando <i>Página...</i> , que define a orientação da página, as margens da página, o plano de fundo e outras opções de layout.
3. Formatar	() Esse menu contém a ferramenta <i>Galeria</i> , onde é possível selecionar figuras e sons para inserir em um documento.
4. Exibir	() Contém os comandos que se aplicam ao documento atual, abrir um novo documento ou fechar o aplicativo.
5. Ferramentas	() Nesse menu contém o comando <i>Estrutura de Tópicos</i> .

A sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 1 – 3 – 5 – 4 – 2
- B) 3 – 2 – 5 – 1 – 4
- C) 4 – 5 – 2 – 1 – 3
- D) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
- E) 2 – 3 – 5 – 1 – 4

Fundamentos da Administração Pública Aplicada ao MPE-AL

41. Assinale a opção que é incorreta no que concerne às atribuições dos órgãos que integram o Ministério Público de Alagoas, na forma da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996.

- A) As Procuradorias de Justiça compreendem, como órgãos de Administração, uma Procuradoria de Justiça Civil e uma Procuradoria de Justiça Criminal, com os respectivos cargos de Procuradores de Justiça, ordinalmente numerados a partir do primeiro, e os serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções.
- B) O Procurador-Geral de Justiça, como órgão da administração superior, é competente, dentre outras atribuições, para expedir recomendações, com caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.
- C) As Promotorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por Lei.
- D) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público, como órgão de Execução, rever o arquivamento de Inquérito Civil, na forma da lei.
- E) A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

42. Assinale a opção incorreta quanto às licenças concedidas ao Servidor Público Estadual, na forma da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas.

- A) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- B) É assegurada ao servidor a licença para o exercício de mandato eletivo.
- C) A licença para o desempenho de mandato classista é assegurada ao servidor para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão a que pertença em função do cargo ocupado, sem prejuízo de sua remuneração. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três), por entidade. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.
- D) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.
- E) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença na forma e condições previstas na legislação específica. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.



43. Assinale o princípio norteador do serviço público que corresponde ao dever de boa administração.

- A) Princípio da moralidade.
- B) Princípio da legalidade.
- C) Princípio da eficiência.
- D) Princípio da motivação.
- E) Princípio da finalidade.

44. Segundo a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a

- A) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
- B) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- C) R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
- D) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- E) R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

45. Segundo Maria Sylvania Zanella di Pietro, a álea que dá lugar à aplicação da teoria da imprevisão e que é representada por todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível, inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contratado (*In Direito Administrativo*. 24 ed., São Paulo: Atlas, 2011, p. 286) é nominada de

- A) álea administrativa: fato da administração.
- B) álea econômica.
- C) álea administrativa: alteração unilateral do contrato.
- D) álea administrativa: fato do príncipe.
- E) álea ordinária.

46. As práticas de controles internos no sistema brasileiro têm focado predominantemente

- A) nos aspectos de controle de eficácia.
- B) em ações de controle a priori.
- C) em ações de controle concomitante.
- D) em ações de controle a posteriore.
- E) nos aspectos de controle de eficiência.

47. Dados os itens que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos de administração,

- I. As Procuradorias de Justiça.
- II. O Procurador Geral de Justiça.
- III. As Promotorias de Justiça.
- IV. Os Centros de Apoio Operacional.
- V. Os órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.

verifica-se que estão corretos

- A) I e III, apenas.
- B) III, IV e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, III, IV e V.
- E) I, II e V, apenas.

48. Dadas características abaixo, relativas às precondições operativas da Administração Pública Gerencial,

- I. A competição entre organizações públicas e entre organizações públicas e privadas.
- II. O uso de práticas de gestão provenientes da administração privada.
- III. Atenção à disciplina e parcimônia.
- IV. Administradores empreendedores sem autonomia para decidir.

verifica-se que está(ao) correta(s)

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, apenas.

49. A Lei de improbidade administrativa prevê ressarcimento, perda dos bens ilicitamente acrescidos ao patrimônio, indisponibilidade de bens, perda de função pública, suspensão de direitos políticos de 5 a 8 anos, multa e proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais por

- A) 4 anos.
- B) 8 anos.
- C) 6 anos.
- D) 10 anos.
- E) 5 anos.

50. A modalidade de licitação concorrência é caracterizada por qual das opções abaixo?

- A) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- C) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- D) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- E) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

51. A doutrina penal é unânime de que na expressão “não há crime sem lei anterior que o defina” firma-se um dos fundamentos mais importantes do direito penal: o princípio constitucional da legalidade penal no que diz respeito aos delitos. Pergunta-se: quais são os corolários extraídos desta locução?

- A) Subsidiariedade, anterioridade e personalidade.
- B) Reserva legal, anterioridade e intranscendência.
- C) Reserva legal, anterioridade e taxatividade.
- D) Subsidiariedade, anterioridade e individualização da pena.
- E) Reserva legal, personalidade e taxatividade.

52. Possui imunidade de jurisdição por força de tratado em que o Brasil é parte:

- I. O embaixador aqui acreditado.
- II. A embaixatriz de nacionalidade brasileira.
- III. Os Chefes de Estado.
- IV. As pessoas jurídicas estrangeiras.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, apenas.

53. Paulo Sérgio esgotou seu potencial lesivo ao atirar 12 vezes, com sua pistola, contra Luís Antônio. Este, atingido por seis projéteis, foi internado em um hospital e submetido a uma cirurgia. A morte, porém, ocorreu por força de uma infecção causada por uma bactéria alojada em um dos projéteis. No caso,

- A) Paulo Sérgio deve responder, tão somente, por tentativa de homicídio, uma vez que houve causa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado.
- B) tendo em vista que a morte ocorreu por circunstância accidental, Paulo Sérgio deve responder por homicídio culposo.
- C) tipificou-se, no caso apresentado, o delito de lesão corporal seguida de morte.
- D) tipificou-se o delito de lesões corporais pela verificação da desistência voluntária.
- E) Paulo Sérgio deve responder por homicídio doloso.

54. Josué, Jacó e Francisco estavam em uma embarcação no rio São Francisco que os levavam a cidade de Piranhas-AL. Sem qualquer motivo aparente, Josué agrediu Jacó e ambos iniciaram uma luta corporal comprometendo a estabilidade do barco que ameaçava virar. Francisco que não sabia nadar, com a finalidade de evitar um naufrágio, empurrou Josué, que continuava desferindo socos em Jacó, para fora da nave, havendo este sofrido lesões por conta da queda. No caso,

- A) operou-se o estado de necessidade.
- B) tipificou-se o delito de tentativa de homicídio.
- C) operou-se o exercício regular de um direito.
- D) tipificou-se o delito de lesões corporais graves.
- E) operou-se a legítima defesa de terceiro.

55. Dadas as definições seguintes sobre Leis “excepcionais” em Direito Penal,

- I. São regras penais que gozam de retroatividade.
- II. São leis denominadas vagas, por incompletude do seu preceito secundário.
- III. São regras penais destinadas a vigorar, tão somente durante a existência dos fatos que as motivaram.
- IV. Tais quais às temporárias são regras destinadas a reger situações anômalas.
- V. Tratam-se, na verdade, de leis, exclusivamente, de cunho administrativo.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II e V, apenas.
- B) III, IV e V, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, III, IV e V.

56. Cerqueira, velho inimigo de Jovêncio, supondo que este iria matá-lo, por conta de inúmeras ameaças de morte, ao vê-lo levar a mão no bolso do paletó, onde costumava manter uma pistola, desferiu contra ele um único disparo de arma de fogo. Jovêncio, no entanto, carregava neste bolso um presente para Cerqueira, com quem pretendia celebrar as pazes. Ao ser alvejado com o disparo, sacou de sua arma, que estava em um coldre na perna, revidando com um único disparo. Ambos ficaram lesionados. Diante do problema, é correto afirmar:

- A) nem Jovêncio, nem Cerqueira praticaram qualquer tipo de crime.
- B) Jovêncio não praticou qualquer delito; porém, Cerqueira deve responder por tentativa de homicídio.
- C) Cerqueira não praticou qualquer delito; porém, Jovêncio deve responder por tentativa de homicídio.
- D) ambos devem responder por lesões corporais.
- E) ambos devem responder por tentativa de homicídio.

57. Assinale a opção incorreta.

- A) No concurso ideal impróprio, aplica-se o sistema do cúmulo material.
- B) No crime continuado, aplica-se o sistema da exasperação.
- C) Há concurso formal quando existe unidade de conduta e pluralidade de crimes.
- D) Há concurso material quando existe pluralidade de condutas e pluralidade de crimes.
- E) Há crime continuado quando existe pluralidade de condutas e pluralidade de quaisquer crimes, os quais, todavia, devem ser compreendidos como uma continuação do primeiro por circunstância de tempo, lugar, modo de execução e outras semelhantes.

58. O peculato, consoante descrito no tipo objetivo do caput do artigo 312 do Código Penal brasileiro, trata-se de

- A) crime de ação múltipla, formal e de perigo .
- B) crime próprio, material e de dano.
- C) crime unissubsistente, próprio e de perigo.
- D) crime próprio, formal e de perigo.
- E) crime comum, formal e de perigo.

59. No tocante às normas da Constituição Federal que dispõem sobre os agentes públicos, é incorreto afirmar:

- A) as funções de confiança e os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- B) a fixação e a alteração da remuneração e dos subsídios deverão ocorrer através de lei específica.
- C) na hipótese de acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde, exige-se que se esteja diante de profissões regulamentadas.
- D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- E) não poderá ser aberto novo concurso público enquanto existirem candidatos aprovados não nomeados em relação a concurso anterior com prazo de validade ainda em vigor.

60. Nos termos da Lei Estadual nº 5247, de 1991 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais), não é correta a opção que afirma:

- A) a reversão ocorre quando há o retorno do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- B) o edital do concurso público deve ser publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação.
- C) é admitida a posse através de procurador, que fica condicionada à apresentação de instrumento público de mandato, com outorga de poderes especiais para tal fim.
- D) a critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 03 (três) anos consecutivos, sem remuneração.
- E) as reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

61. No tocante ao regime disciplinar dos servidores públicos estaduais, não se pode afirmar:

- A) o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designado pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.
- B) o procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, vedando-se-lhe reinquiri-las e interferir nas perguntas e respostas.
- C) o servidor que responder a processo disciplinar somente poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e cumprimento da penalidade, caso aplicada, sem o que será a exoneração convertida em demissão.
- D) quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- E) será aplicada pena de demissão nos casos de incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.

62. No tocante às modalidades de licitação, indique a opção incorreta.

- A) Bens e serviços comuns, licitáveis através de pregão, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- B) No leilão, somente será admitido lance igual ou superior ao valor da avaliação.
- C) Em todas as modalidades de licitação, é imprescindível que se dê publicidade ao instrumento convocatório através do *Diário Oficial*.
- D) Nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, é cabível a concorrência.
- E) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços ou a concorrência.

63. Em relação à organização administrativa brasileira, é incorreto afirmar:

- A) segundo a Constituição Federal, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- B) nos termos da Constituição Federal, compete à Justiça Federal julgar as causas em que empresa pública federal e sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- C) de acordo com a Constituição Federal, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a imunidade a impostos no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- D) a regra constitucional que prevê o teto remuneratório se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- E) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

64. De acordo com a Lei nº 8.666, não é hipótese de rescisão unilateral (determinada pela Administração Pública) do contrato administrativo a seguinte opção:

- A) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- B) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- C) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.
- D) a lentidão do cumprimento contratual, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- E) a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

65. Sobre os bens públicos, dadas as seguintes assertivas,

- I. Segundo o Código Civil, são bens públicos os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público.
- II. A inalienabilidade dos bens públicos é absoluta.
- III. A impenhorabilidade dos bens públicos é a característica que impede o penhor e a hipoteca deles.
- IV. Um hospital público é exemplo de bem público de uso especial.
- V. Os bens dominicais são aqueles que não se encontram afetados a qualquer finalidade pública.

verifica-se que estão corretas

- A) II, III, IV e V, apenas.
- B) II, III e V, apenas.
- C) I, IV e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) I, II e III, apenas.

66. No tocante à improbidade administrativa, aponte a afirmação abaixo incorreta.

- A) No caso de ato de improbidade que atenta contra princípios da Administração Pública, dentre outras sanções, há a previsão legal de pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- B) O tipo “permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente” é hipótese prevista na legislação como ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário.
- C) Nos termos da Lei Federal nº 8429, de 1992, o sucesso daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.
- D) No caso de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, dentre outras sanções, há a previsão legal de pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- E) No caso de ato de improbidade que causa lesão ao erário, dentre outras sanções, há a previsão legal de pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.

67. Assinale a opção correta de acordo com a legislação civil brasileira.

- A) Manuela, 85 anos de idade, desapareceu sem informar seu paradeiro. Após três anos sem dar notícias, pode-se requerer sua sucessão definitiva.
- B) Mariana estava no World Trade Center, em Nova York, antes de as torres desabarem atingidas por um avião, em 2001. Esgotadas as buscas, seu corpo não foi encontrado. Pode-se declarar a morte presumida de Mariana, sem decretação de ausência.
- C) Andréia se encontrava em Rio Largo durante a enchente de 2010. Sua casa foi destruída durante a madrugada. Esgotadas as buscas, seu corpo não foi encontrado. Pode-se declarar a morte presumida de Andréia somente após a declaração de ausência.
- D) Gabriela desapareceu de seu domicílio, sem deixar representante ou procurador para administrar-lhe os bens. A sucessão provisória deve ser requerida seis meses após a arrecadação dos bens de Gabriela.
- E) Lygia desapareceu de seu domicílio sem dar notícias, mas deixou sua mãe como procuradora para administrar-lhe os bens. A sucessão provisória deve ser requerida dois anos após a arrecadação dos bens de Lygia.

68. Dados os itens abaixo sobre a invalidade dos negócios jurídicos,

- I. É anulável, por ser decorrente de coação, o pagamento de título vencido no valor de R\$ 5.000,00, pois o devedor, por conta da idade de oitenta anos, acreditou que o credor fosse cumprir com a ameaça que lhe fizera, qual seja, a de promover a execução judicial.
- II. O erro accidental não é causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- III. Em relação ao estado de perigo, é relevante que a parte beneficiada saiba que a obrigação foi assumida pela parte contrária para se salvar de grave dano.
- IV. Aluísio trata-se de pessoa absolutamente incapaz, mas pintou um quadro maravilhoso. Thayanna, sua genitora, não gostou do quadro pintado por seu filho. Pode ela pedir a nulidade do ato perpetrado por Aluísio.

verifica-se que estão corretos

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.
- E) I e III.

69. Dadas as situações abaixo,

- I. Luiz Fernando adquiriu de Roberto um pacote de viagens de 7 dias para o sol, pelo valor de R\$ 20.000,00, com direito a passagem aérea e hospedagem em hotel quatro estrelas.
- II. Na venda de sua fazenda, João silenciou intencionalmente a respeito de fato importante. A revelação deste fato, ignorado pela compradora, resultaria na não celebração do negócio jurídico.
- III. Marcos emprestou um livro de Direito Civil a Francesca para que ela pudesse estudar para a seleção de Mestrado da UFAL. Francesca pensou que Marcos lhe havia doado o referido livro, como presente de formatura.
- IV. Patrícia sofreu um grave acidente automobilístico em sua fazenda, distante 40 km do hospital mais próximo. Sem nenhum outro veículo por perto, seu marido recorreu ao vizinho para que socorresse a esposa, que havia perdido muito sangue. O vizinho, conhecedor da situação, informou que alugaria seu carro por R\$ 3.000,00, para aquela noite.

indique, respectivamente, qual a consequência jurídica das situações.

- A) Dolo, erro, impossibilidade do objeto e lesão.
- B) Dolo, lesão, erro e estado de perigo.
- C) Impossibilidade do objeto, dolo, erro e lesão.
- D) Inexistência do negócio jurídico, dolo, lesão e estado de perigo.
- E) Impossibilidade do objeto, dolo, erro e estado de perigo.

70. Marque a opção correta.

- A) O conceito de fornecedor abarca o comerciante, o fabricante e o produtor, que responderão solidariamente no caso de danos ao consumidor.
- B) Os produtos perigosos não são considerados viciados.
- C) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição. Nessa hipótese, não se obriga o fornecedor a prestar informações a seu respeito nos casos em que o risco à saúde ou segurança do consumidor seja perceptível.
- D) Os vícios aparentes não são considerados vícios passíveis de responsabilização do fornecedor, já que o consumidor possui o dever de examinar o produto antes de adquiri-lo.
- E) O vício oculto no CDC possui prazo máximo para aparecimento de trinta dias para produtos não duráveis e de noventa dias para produtos duráveis.

71. Dados os itens abaixo,

- I. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por um período de cinco anos, na forma da lei.
- II. Todo consumidor possui sete dias para se arrepender da celebração do contrato de consumo.
- III. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores. Nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, essas informações serão gravadas de forma indelével.
- IV. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento representa uma prática comercial abusiva.

verifica-se que estão corretos

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) I e IV.

72. Assinale a opção correta.

- A) O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, somente será reconhecido no Brasil depois de 2 (dois) anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.
- B) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o aceitante.
- C) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, sendo admitido que os tribunais brasileiros reconheçam provas, mesmo se a lei brasileira as desconhecer.
- D) A invalidade do instrumento sempre induz a do negócio jurídico.
- E) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

73. Dados os itens abaixo,

- I. Enquanto os produtos podem ser retirados sem diminuição do valor nem da substância do bem principal, a retirada dos frutos implica redução do valor ou da quantidade deste.
- II. A sociedade de fato possui autonomia patrimonial em relação aos sócios e responsabilidade própria.
- III. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para vigência começará a correr da nova publicação.
- IV. Cessar, para o menor com 17 anos, a incapacidade pela emancipação concedida pelos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

verifica-se que estão corretos

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.
- E) I e IV.

74. Dados os itens abaixo,

- I. A confusão patrimonial autorizará a dissolução judicial da pessoa jurídica, se houver, através dela, abuso da personalidade jurídica pelo desvio de finalidade.
- II. Vanessa, 16 anos de idade, possui relação de emprego com a empresa PULSAR, razão pela qual possui economia própria. Sua emancipação independe de instrumento público e de homologação judicial.
- III. Os prazos prescricionais podem ser majorados ou reduzidos pelas partes.
- IV. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

verifica-se que estão corretos

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.
- E) I e IV.

75. Assinale a opção correta a respeito da execução civil no direito brasileiro.

- A) Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor será citado para em 3 (três) dias pagar o débito, sem direito à nomeação de bens, podendo, porém, remir a execução.
- B) Na alienação em hasta pública, é permitido o lance de valor inferior ao de avaliação do bem penhorado, desde que não configure preço vil, vedada a participação do exequente no certame.
- C) O fiador que, uma vez executado, pagar a dívida se subroga nos direitos do exequente, adquirindo legitimidade ativa superveniente, sendo-lhe vedado, porém, executar o afiançado nos autos do mesmo processo.
- D) A adjudicação, como modalidade de expropriação, embora aplicável no procedimento de execução por quantia certa contra devedor solvente, não é admitida no cumprimento de sentença.
- E) Se o devedor, após intimado, não pagar voluntariamente o débito fixado em liquidação, incidirá multa em percentual a ser definido pelo juiz, observado o limite de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

76. Sobre as impenhorabilidades, é correto afirmar:

- A) os rendimentos dos bens gravados com cláusula inalienabilidade são absolutamente impenhoráveis.
- B) no direito brasileiro se proíbe o pacto de impenhorabilidade, assim considerado o acordo pelo qual as partes resolvem excluir certo bem do alcance da execução forçada.
- C) são absolutamente impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
- D) as quantias depositadas em cadernetas de poupança são impenhoráveis até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.
- E) os instrumentos indispensáveis ao trabalho do executado são impenhoráveis, excluídos os bens considerados de elevado valor.

77. Sobre os recursos especial e extraordinário, é correto afirmar:

- A) quando o mesmo acórdão contiver julgamentos unânicos e não unânicos, é cabível a interposição de recurso especial quanto à parte unânime, mesmo antes de decididos os embargos infringentes quanto ao julgamento por maioria.
- B) decidido o mérito do recurso extraordinário representativo de controvérsia, os recursos então sobrestados pelo tribunal de origem serão reapreciados pelo próprio tribunal, que poderá promover o juízo de conformação entre o acórdão recorrido e o julgado proferido pelo Supremo Tribunal de Federal.
- C) da decisão do presidente do tribunal de origem que não admitir o recurso especial caberá agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça, sendo obrigatória a juntada de cópias da decisão impugnada, certidão da respectiva intimação, procurações outorgadas aos advogados, acórdão recorrido e certidão da respectiva intimação e contrarrazões, caso apresentadas.
- D) o recurso especial não será admitido quando não prequestionada a matéria impugnada, sendo permitido o prequestionamento ficto.
- E) cabe ao presidente do tribunal de origem realizar o primeiro juízo de admissibilidade no recurso especial, devendo ser negado seguimento a recursos que não evidenciem a existência de repercussão geral da questão debatida.

78. Assinale a opção incorreta sobre a competência no processo civil.

- A) Segundo a regra da *perpetuatio jurisdictionis*, são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à propositura da ação, razão pela qual a modificação das regras de competência absoluta não interfere na competência em relação aos processos em curso.
- B) O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário e partilha, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- C) O Ministério Público tem legitimidade para suscitar o incidente de conflito de competência.
- D) A competência territorial pode modificar-se em razão da conexão ou continência, hipótese em que o juiz, inclusive de ofício, poderá determinar reunião de processos que tramitem em separado para que sejam decididos simultaneamente.
- E) A ação em que o incapaz for réu será processada no foro do domicílio de seu representante.

79. Assinale a opção incorreta.

- A) A citação por edital deve ser feita, dentre outras hipóteses, quando for inacessível o lugar onde se encontra o réu.
- B) A citação far-se-á por correio para qualquer comarca do país, podendo o autor, porém, requerer que ela se faça por oficial de justiça.
- C) Ao réu revel citado por edital ou por hora certa, deve ser dado curador especial.
- D) No processo de execução, a citação será feita por oficial de justiça ou pelo correio, sendo permitido ao autor pedir a citação editalícia, quando incerto o endereço do réu.
- E) Nas comarcas situadas na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas.

80. Assinale a opção correta sobre a sentença e coisa julgada no processo civil.

- A) Publicada a sentença, poderá o juiz corrigir, sempre e somente a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculos.
- B) Está sujeita a duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença proferida contra o Estado-membro, salvo quando o direito controvertido for inferior a 20 (vinte) salários mínimos.
- C) Quando o autor tiver formulado pedido certo, deve o juiz proferir sentença ilíquida.
- D) As questões prejudiciais resolvidas incidentemente ficam acobertadas pela coisa julgada material.
- E) Quando se tratar de relação jurídica continuativa e sobrevier modificação no estado de fato ou de direito, poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

81. Assinale a opção correta sobre a execução contra a fazenda pública.

- A) Nos embargos à execução contra fazenda pública, é vedado discutir sobre nulidade da citação se o processo correu à revelia.
- B) Considera-se inexigível a obrigação decorrente de sentença contra a fazenda pública fundada em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) A exceção de incompetência do juízo deve ser oferecida no prazo de 30 (trinta) dias após o oferecimento dos embargos.
- D) A fazenda pública devedora deverá ser citada para em 10 (dez) dias oferecer embargos à execução.
- E) Caso a fazenda pública devedora não pague o débito, nem ofereça embargos, deverá o juiz determinar a penhora de tantos bens quantos sejam necessários à satisfação integral do crédito.

82. Sobre a liquidação de sentença, é correto afirmar:

- A) a liquidação por arbitramento será feita quando houver necessidade de se alegar e provar fato novo.
- B) quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor não poderá requerer o cumprimento da sentença, até que o juiz nomeie o perito responsável para liquidar o julgado.
- C) da sentença que decide a liquidação cabe recurso de apelação.
- D) poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem.
- E) poderá ser feita por cálculos somente nos casos de assistência judiciária.



83. Dadas as proposições abaixo acerca do mandado de segurança,

- I. Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- II. Concedida a segurança, ficará a sentença sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- III. A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, na pendência de recurso, salvo se vedada a concessão da medida liminar.
- IV. É lícito à autoridade coatora interpor recurso, isoladamente, contra a decisão que defere medida liminar.

verifica-se que

- A) somente III e IV são verdadeiras.
- B) somente II e IV são verdadeiras.
- C) todas são verdadeiras.
- D) somente I, II e III são verdadeiras.
- E) somente I e II são verdadeiras.

84. Acerca dos sujeitos no processo penal, assinale a opção correta.

- A) O juiz não é suspeito ou impedido de atuar no mesmo órgão jurisdicional colegiado com seu sobrinho também juiz do mesmo tribunal.
- B) O juiz deverá se dar por suspeito quando tiver orientado quaisquer das partes.
- C) Estará impedido de atuar no processo o juiz que for credor do acusado.
- D) O juiz deve averbar-se suspeito quando tiver funcionado no processo como promotor de justiça em razão de investidura anterior.
- E) O juiz é considerado impedido quando for amigo íntimo de quaisquer das partes.

85. Acerca da ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

- A) A procedência de revisão criminal que rescinda a sentença condenatória não impede o prosseguimento da ação civil para reparação do dano decorrente do crime.
- B) A reparação civil somente será possível depois do trânsito em julgado da sentença condenatória pelo dano.
- C) A fixação do valor mínimo do dano na sentença pelo juiz é causa impeditiva para o ajuizamento da ação civil *ex delicto*.
- D) O legislador brasileiro adotou o “sistema da livre escolha” que possibilita a parte obter a reparação civil pelo dano decorrente do crime, de forma alternativa, perante o juízo cível ou perante o juízo criminal.
- E) A vítima tem legitimidade ativa para propor ação civil *ex delicto*. Também são legitimados: o representante legal do ofendido, no caso do menor de 18 anos ou doente mental, e em caso de óbito ou de ausência, a legitimidade migra para os herdeiros.

86. Sobre direito probatório, questões e processos incidentes, assinale a opção correta.

- A) Nos crimes que deixam vestígios, o exame de corpo de delito é dispensável.
- B) No Brasil, o juiz não pode se afastar das conclusões do laudo pericial. Quando discordar, deve mandar realizar outro exame por perito diverso, hipótese em que poderá escolher quaisquer dos resultados periciais.
- C) Os fatos axiomáticos, em regra, são objeto de prova.
- D) Prejudicial é aquilo que carece de julgamento prévio ao exame do mérito da ação penal. Chama-se prejudicial homogênea a questão prejudicial que é resolvida na mesma jurisdição ou na mesma área do direito.
- E) As provas ilícitas não podem ser admitidas no processo penal em qualquer hipótese, em face da vedação constitucional.

87. A respeito da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

- A) A sentença definitiva, transitada em julgado, que absolve o acusado em razão de atipicidade do fato cometido por ele, faz coisa julgada na esfera cível.
- B) Denomina-se sentença suicida aquela que não contém parte dispositiva.
- C) A perda do cargo, como efeito da condenação por crime contra a administração pública, em crimes com pena superior a um ano, decorre automaticamente do trânsito em julgado da condenação, sendo desnecessária fundamentação do juiz nesse sentido.
- D) A sentença que julga procedente a pretensão punitiva estatal, mas decreta o perdão judicial tem, segundo o STJ, natureza declaratória de extinção de punibilidade. Tal sentença é denominada de autofágica por certo setor doutrinário.
- E) A sentença definitiva, transitada em julgado, que absolve o acusado em razão de insuficiência de provas, faz coisa julgada na esfera cível.

88. Acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/1995), assinale a opção correta.

- A) A composição civil entre vítima e autor do fato, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não impede que o Ministério Público proponha transação penal.
- B) Se o Ministério Público não propuser transação penal, o juiz poderá elaborar a proposta, estabelecendo as condições a serem atendidas pelo autor do fato.
- C) A suspensão condicional do processo é admitida para o crimes cuja pena mínima não exceda 2 (dois) anos.
- D) A composição civil dos danos entre vítima e autor do fato, nos crimes de ação penal pública incondicionada, importa extinção da punibilidade do autor do fato.
- E) A transação penal pode ser proposta pelo Ministério Público mesmo depois de realizada composição civil dos danos entre vítima e autor do fato.

89. Quanto ao procedimento especial para os crimes afiançáveis imputados a funcionário público, assinale a opção correta.

- A) Ainda que o funcionário tenha perdido a função ou o cargo público, o rito especial deve ser observado, tendo ele direito à notificação para apresentar a defesa preliminar anterior ao recebimento da denúncia.
- B) O prazo para apresentar a defesa preliminar é de 10 (dez) dias.
- C) O STJ entende indispensável a defesa preliminar anterior ao recebimento da denúncia mesmo que a ação penal seja baseada em inquérito policial que contenha as declarações do indiciado.
- D) Oferecida a denúncia, o denunciado é notificado para apresentar defesa preliminar antes do recebimento daquela peça acusatória. Para esse fim, não se exige que a defesa preliminar esteja subscrita por advogado, podendo o próprio funcionário assiná-la.
- E) É entendimento corrente que a defesa preliminar a ser apresentada antes do recebimento da denúncia é peça obrigatória, cuja falta enseja nulidade do processo.



90. Sobre as nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

- A) É clássico exemplo de inexistência jurídica a sentença sem parte dispositiva.
- B) Haverá nulidade absoluta da denúncia que não é assinada pelo Promotor de Justiça, mesmo que no verso do inquérito policial ele faça constar: “Segue denúncia, em três laudas”.
- C) O oferecimento de denúncia fora do prazo legal é causa de nulidade relativa, na hipótese de indiciado solto. Caso esteja preso o indiciado, essa nulidade é absoluta.
- D) A falta de fundamentação da sentença causa nulidade absoluta, mas sua deficiência enseja nulidade relativa.
- E) A falta de citação é, no processo penal, nulidade absoluta, inarredável, que não é suprida sequer pelo comparecimento espontâneo do acusado ao processo.

91. A respeito do procedimento para apuração de crimes de entorpecentes e sobre interceptação telefônica, assinale a opção correta.

- A) O prazo para oferecimento da denúncia de processo crime por tráfico de entorpecente perante a Justiça Estadual é de 10 (dez) dias, tanto para indiciado preso, quanto para indiciado solto.
- B) Excepcionalmente, a denúncia por crime de tráfico de entorpecentes poderá ser oferecida e recebida sem estar acompanhada de laudo de constatação provisório.
- C) Não é cabível notificação para apresentação de defesa preliminar pelo acusado, representado por seu advogado, no prazo de dez dias, antes do recebimento da denúncia.
- D) O juiz pode, independentemente de requerimento do Ministério Público ou de representação da autoridade policial, quando na fase de investigação preliminar de delito hediondo, determinar a interceptação telefônica de pessoa suspeita para melhor instruir a investigação.
- E) Na denúncia que impute ao agente o cometimento de crime de tráfico de entorpecentes, deve o Ministério Público arrolar até 8 (oito) testemunhas para cada fato e para cada acusado.

92. Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

- I. Os membros do CNMP serão processados e julgados originariamente pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.
- II. O CNMP poderá avocar processos disciplinares em curso, e aplicar as sanções de remoção, disponibilidade ou aposentadoria proporcional, assim como a demissão a bem do serviço público de membro do Ministério Público que goze de estabilidade, respeitada a ampla defesa e o contraditório.
- III. Qualquer membro poderá ser eleito presidente do CNMP, desde que obtenha a maioria absoluta dos votos dos seus componentes.
- IV. O Corregedor Nacional tem atribuições para receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e de seus serviços auxiliares.

está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) II, apenas.

93. Dadas as proposições seguintes a respeito dos direitos e interesses das populações indígenas,

- I. A Constituição Federal de 1988 autoriza a remoção das comunidades indígenas de suas terras no interesse da soberania do Brasil, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo-lhes o retorno imediato logo que cesse o risco.
- II. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas somente podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- III. Os juízes federais são competentes para processar e julgar a disputa sobre os direitos relativos às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- IV. A Constituição Federal de 1988 autoriza a remoção das comunidades indígenas de suas terras, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, garantindo-lhes o retorno imediato logo que cesse o risco.

verifica-se que estão corretas

- A) III e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

94. São legitimados para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado de Alagoas, exceto:

- A) a Mesa da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal.
- B) o Presidente do Tribunal de Contas Estadual e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) o Procurador-Geral de Justiça.
- D) o Governador do Estado e o Defensor Público-Geral do Estado.
- E) a Mesa da Assembleia Legislativa e o sindicato ou entidade de classe, de âmbito estadual.

95. A Constituição Federal tutela os interesses difusos e coletivos, entre os quais, o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assinale a opção incorreta. Para assegurar a sua efetividade incumbe ao Poder Público

- A) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- B) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- C) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- D) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- E) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, mas não lhe cabe fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético.

96. Dadas as proposições seguintes sobre o controle de constitucionalidade,

- I. O controle difuso de constitucionalidade tem natureza judiciária, pois poderá ser feito por qualquer juiz ou tribunal como questão prejudicial imprescindível à resolução do litígio principal.
- II. O Chefe do Executivo pode realizar controle preventivo de constitucionalidade por meio de sanção ou veto jurídico a projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.
- III. É cabível ação civil pública para, incidentalmente, suscitar a inconstitucionalidade de determinada lei federal que viole direitos difusos e coletivos. A sentença que declarar a inconstitucionalidade da lei em face da Constituição de 1988 produzirá sempre efeitos *erga omnes*.
- IV. É cabível controle difuso de constitucionalidade sobre projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, desde que o parlamentar prejudicado impetire mandado de segurança para proteger o direito líquido e certo a processo legislativo conforme as normas constitucionais.

verifica-se que estão corretas

- A) III e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

97. Assinale a opção incorreta. Segundo a Constituição do Estado de Alagoas, o Tribunal de Justiça tem competência originária para processar e julgar os mandados de segurança contra atos

- A) dos Juízes de Direito.
- B) do Procurador-Geral de Justiça.
- C) dos Secretários de Estado.
- D) da Mesa da Assembleia Legislativa.
- E) do Presidente do Tribunal de Contas Estadual.

98. Sobre a efetividade dos direitos sociais, responda a questão com base no seguinte trecho de acórdão do STF: “Não se ignora que a realidade dos direitos econômicos, sociais e culturais – além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização – depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a alegação de incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, então, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política (Ag.Reg. no RE 410.715-1/SP)”. Em casos comprovados de escassez de recursos financeiros para a satisfação das prestações estatais positivas, o STF tem admitido a aplicação do princípio da

- A) proibição de proteção social deficiente.
- B) discricionariedade do administrador.
- C) proibição do excesso.
- D) reserva do possível.
- E) proibição do retrocesso social.

99. O órgão jurisdicional com competência para processar e julgar originariamente os membros do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas nos crimes comuns é o

- A) Tribunal de Justiça.
- B) Assembleia Legislativa.
- C) Tribunal de Contas da União.
- D) Supremo Tribunal Federal.
- E) Superior Tribunal de Justiça.

100. Helena devia à Regina dois aluguéis, no valor de R\$ 500,00 cada, com vencimento em 24/8/2001 e 24/9/2001. Decorrido 1 ano, sem qualquer cobrança por parte de Regina, Helena foi chamada como Embaixadora do Brasil na Turquia, onde exerceu muito bem suas funções por dois anos e regressou definitivamente ao Brasil, ocasião em que foi condecorada e Helena enviou à Regina uma confissão de dívida. Passados quatro anos da confissão de dívida, sem o recebimento de qualquer valor, Regina ajuizou uma ação de cobrança e o Juiz determinou a citação de Helena. Em que ano houve a prescrição da pretensão?

- A) 2007
- B) 2010
- C) 2011
- D) 2004
- E) 2006

ATENÇÃO!

O candidato está **proibido** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o **Fiscal de Sala** está autorizado a fazer isso no momento de sua saída em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

EDITAL Nº. 01, de 17 de outubro de 2011.

6.1 A FUNDEPES/COPEVE-UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as provas objetivas para os cargos de nível superior, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, a partir das 21 horas do dia **24/01/2012**.

GABARITO OFICIAL

www.fundepes.br
www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



FUNDEPES

www.fundepes.br



UFAL

www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.mp.al.gov.br